



DA SUPERAÇÃO PESSOAL À INCLUSÃO ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DOCENTE COMO PROFESSORA DE APOIO NO ENSINO SUPERIOR.

Cristina Cardoso Laudino
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
cristina16laudino@gmail.com

Eixo 1 – Educação Inclusiva, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas

Palavras-chave: Docência, Educação Inclusiva, Ensino Superior, Inclusão, Transtorno do Espectro Autista.

Introdução

O ingresso e a permanência de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino superior têm exigido das instituições adaptações curriculares e práticas pedagógicas inovadoras. Esse movimento é sustentado pela expansão das políticas públicas de inclusão e pelo amadurecimento dos debates sobre diversidade no espaço acadêmico. O presente relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar a atuação docente no acompanhamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma universidade pública estadual do norte de Minas Gerais, enfatizando o papel da professora de apoio como mediadora de processos pedagógicos inclusivos. Ao mesmo tempo, busca-se destacar a trajetória profissional que antecede a chegada a essa função, marcada por desafios socioeconômicos, pela persistência na formação acadêmica e pela construção gradual de um percurso docente orientado pelo compromisso com a inclusão.

Fundamentos Teóricos

A Declaração de Salamanca (1994) constitui marco fundamental ao afirmar que as instituições educacionais devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições, garantindo-lhes acesso e aprendizagem em ambientes comuns. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade de implementação de recursos de acessibilidade, serviços de apoio e adaptações razoáveis em todos os níveis educacionais, incluindo o ensino superior. Do ponto de vista teórico, diferentes autores contribuem para a compreensão da inclusão como princípio estruturante da prática pedagógica. Mantoan (2003) argumenta que a inclusão escolar ultrapassa a inserção física de estudantes com deficiência, exigindo mudanças pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Tardif (2002) enfatiza que os saberes docentes se

consolidam na articulação entre teoria e prática, sendo continuamente reelaborados na experiência profissional.

No contexto específico do ensino superior, Caixeta (2020) destaca que a efetivação da educação especial transcende a dimensão legal e depende da materialização de práticas cotidianas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes público-alvo da educação especial.

Assim, o papel da professora de apoio deve ser compreendido como uma ação transformadora, que possibilita o desenvolvimento acadêmico de estudantes com necessidades específicas e promove a construção de uma cultura institucional alicerçada no respeito à diversidade.

Apresentação da experiência

A trajetória que culminou na atuação no ensino superior foi marcada por desafios e superações significativas. Proveniente de uma família com limitações financeiras, a profissional conciliou o trabalho durante o dia com os estudos noturnos, enfrentando obstáculos cotidianos, mas demonstrando persistência em concluir sua formação. Após a conclusão do ensino médio, ingressou no curso normal em nível médio, finalizado em 2010, etapa que consolidou as bases pedagógicas iniciais para o exercício da docência. A formação acadêmica avançou com a graduação em Pedagogia, concluída em 2019, período em que consolidou competências teóricas e práticas, fortalecendo seu perfil profissional. A inserção no mercado de trabalho ocorreu inicialmente na rede municipal entre 2021 e 2022, atuando como professora da educação básica.

Em 2023, a aprovação em processo seletivo para atuar como professora de apoio no ensino superior representou a realização de um projeto pessoal, e também a ampliação do compromisso com a inclusão, agora em um novo contexto, que demandava articulação entre políticas institucionais, fundamentos teóricos e práticas pedagógicas específicas.

O apoio de uma profissional mais experiente foi decisivo ao oferecer orientações que possibilitaram a participação em um processo seletivo, marco relevante na trajetória acadêmica e profissional. A partir dessa inserção, tornou-se possível integrar o Núcleo de Sociedade Inclusiva (NUSI), cuja coordenadora se destaca pela postura acolhedora e motivadora, reforçando a importância da persistência, do compromisso e da responsabilidade ética na construção de uma educação inclusiva.

A atuação teve como foco principal o acompanhamento de acadêmicos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A heterogeneidade do grupo exigiu estratégias pedagógicas individualizadas, pois alguns estudantes apresentavam elevada capacidade de memorização e assimilação de conteúdos teóricos, enquanto outros evidenciavam dificuldades significativas na interação social ou apresentavam comprometimentos motores finos e grossos que interferiam na execução de atividades acadêmicas.

Foram realizadas adaptações avaliativas, como a concessão de tempo adicional para provas e trabalhos, a disponibilização de ambientes mais tranquilos e organizados e a flexibilização no formato de respostas, garantindo que as avaliações refletissem o real desempenho dos estudantes sem expô-los a constrangimentos. Estratégias de ensino colaborativo também foram promovidas, com incentivo a trabalhos em grupo, dinâmicas de socialização e projetos interdisciplinares que favoreciam a integração entre os estudantes e estimulavam a cooperação e a empatia. Além disso, foram realizadas orientações individualizadas voltadas à organização acadêmica, gestão do tempo e acompanhamento de prazos, contribuindo para maior autonomia e segurança no processo de aprendizagem. O diálogo contínuo com outros docentes também foi essencial,

permitindo a sensibilização para a importância das práticas inclusivas e mostrando que adaptações direcionadas a alguns estudantes beneficiam todo o coletivo.

Essas intervenções transcenderam o caráter assistencialista e se configuraram como estratégias pedagógicas inclusivas, promovendo não apenas a aprendizagem dos acadêmicos público-alvo, mas beneficiando toda a turma. A presença da professora de apoio contribuiu para a construção de um ambiente acadêmico mais justo, participativo e acolhedor, em que a diferença passou a ser compreendida como recurso pedagógico e não como barreira. A experiência revelou impactos importantes na cultura acadêmica, com os estudantes desenvolvendo maior compreensão das diversidades e das potencialidades individuais, enquanto os docentes ampliaram seu repertório de práticas inclusivas, fortalecendo a colaboração institucional e consolidando uma abordagem de ensino que valoriza a equidade e a participação de todos.

Análise parcial dos resultados

Os acadêmicos acompanhados apresentaram maior engajamento, segurança no processo avaliativo e progressos na interação social. As estratégias inclusivas repercutiram de forma positiva também entre os demais estudantes, que passaram a valorizar as diferenças e a compreender as adaptações como recursos coletivos, e não privilégios individuais.

A experiência gerou, ainda, impactos no corpo docente, que foi sensibilizado acerca da importância da flexibilização curricular e da necessidade de considerar a diversidade como elemento estruturante das práticas pedagógicas. Observou-se que as adequações realizadas asseguraram o direito de permanência dos acadêmicos com TEA, e também favoreceram uma aprendizagem mais significativa para todo o grupo.

Entre os desafios, destacam-se a carência de recursos pedagógicos específicos e a insuficiência de políticas institucionais mais abrangentes de apoio, entraves que precisam ser superados para que a inclusão se consolide de forma integral.

Conclusões

A trajetória que levou da superação de dificuldades pessoais à atuação como professora de apoio no ensino superior demonstra a relevância do compromisso individual aliado às políticas públicas educacionais. A experiência analisada evidencia que a inclusão não pode ser tratada como ação isolada, mas como prática pedagógica que transforma o ambiente universitário em espaço de equidade, diversidade e justiça social.

A vivência relatada indica que práticas inclusivas beneficiam os estudantes público-alvo da educação especial, e repercutem positivamente em toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, a formação continuada, o fortalecimento das políticas institucionais e o investimento em recursos de acessibilidade constituem elementos fundamentais para que o ensino superior consolide sua função social.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

CAIXETA, Wender da Silva. **A educação especial no ensino superior**: da legislação à prática cotidiana. Revista Mediação, v. 15, 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Salamanca, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.